

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL - UFMS CAMPUS DE
NOVA ANDRADINA – CPNA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

LUCCA RIBEIRO SEIXAS COSTA

**AS CONCEPÇÕES SOBRE NATUREZA HUMANA NAS FILOSOFIAS DA
HISTÓRIA DE CONDORCET E KANT**

Nova Andradina – MS

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL - UFMS

CAMPUS DE NOVA ANDRADINA – CPNA

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**AS CONCEPÇÕES SOBRE NATUREZA HUMANA NAS FILOSOFIAS DA
HISTÓRIA DE CONDORCET E KANT**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial de nota para obtenção
do título de graduado em Licenciatura no
Curso de História pela Universidade Federal
do Mato Grosso do Sul, Campus de Nova
Andradina-MS.

Orientador: Dr. Ricardo Oliveira da Silva

Nova Andradina – MS

2025

AGRADECIMENTOS

Neste texto, gostaria de dedicar meus agradecimentos à UFMS de Nova Andradina e especialmente ao Curso de História, que incentivou minha identificação tanto com a área de estudo do curso quanto com a docência, identificação essa, que passou a compor grande parte do meu ser. Um Curso que me ajudou a perceber e compreender a ciência na sociedade, a respeitá-la e criar um desejo de trabalhar nela e por ela, um Curso que me fez crescer profissionalmente, mas principalmente como pessoa.

Agradeço a todos os professores, pois são o coração desse Curso, agradeço pelos ensinamentos dentro e fora das salas de aulas, pelas introduções em temas e conceitos, leituras, reflexões, teorias e metodologias, pelos desafios impostos, e por lições valiosas de ética e postura profissional e cidadã.

Agradeço aos diversos colegas de sala durante o Curso, que foram imprescindíveis para minha permanência e desenvolvimento, já que possibilitaram inúmeras discussões, trocas de conhecimento e experiência que foram riquíssimas durante a graduação, e me deram oportunidade de ajudar e ser ajudado, de motivar e ser motivado.

Agradeço ao meu orientador, Ricardo Oliveira da Silva, agradeço pelas aulas de Teoria da História I e II, História Moderna I e II, História do Brasil III e IV, aulas estas, que para mim foram proveitosas, onde aprendi diversos temas que me ajudaram e ainda me ajudarão muito, como aluno, professor, pesquisador e como pessoa. Agradeço também pela disciplina de Pesquisa Histórica, que representou um pontapé no desejo da construção de uma pesquisa, que desembocou neste TCC. Agradeço pelo tempo dedicado, por inúmeras conversas, dicas e orientações, além dos artigos, capítulos, livros e textos enviados para ajudar a formar meu conhecimento sobre o tema, e pela ajuda com o repertório de autores e com o processo de desenvolvimento do trabalho como um todo. Agradeço também pelo exemplo em sala de aula, de seriedade, profissionalismo e dedicação em busca do auto aperfeiçoamento.

Agradeço à minha família, que foi fundamental para meu desenvolvimento como um todo, e minha formação de caráter, me ajudando nos momentos de mais dificuldades, sempre acreditando e me incentivando. Agradeço à minha mãe, Edmara Ribeiro da Silva Costa, por todo amor, atenção, carinho, dedicação, entrega e sacrifício, que teve comigo desde meu primeiro dia de vida, por seus inúmeros conselhos e lições nas minhas diversas fases, pela paciência e persistência, e por ajudar a despertar o melhor de mim, e sempre

fazer eu me sentir amado. Faltam palavras para agradecer tudo que essa pessoa fez e faz por mim, meus infinitos agradecimentos sempre serão a ela.

Agradeço ao meu pai, Emerson Seixas Costa, por desde cedo ser exemplo de honestidade, integridade, devoção, entrega a família e dedicação ao trabalho, este homem que tanto fez por mim, e sempre me ensinou por palavras e exemplo o valor do respeito, da boa vontade, da disciplina e da paciência, e que fez de tudo, o tempo todo, para que eu pudesse ter os acessos educacionais, culturais e científicos, que ele não pode ter. Agradeço a meu pai e minha mãe que fizeram mais por mim do que por eles mesmos.

Agradeço à minha irmã caçula, Luma Ribeiro Seixas Costa, pela amizade e companheirismo adquirido ao longo dos anos, e as competições saudáveis que incentivavam o nosso estudo.

Agradeço à minha namorada e companheira Elaine Chamorro Reis, por estar comigo durante a fase de escrita dessa monografia, pelos debates, questionamentos e diversas conversas que ajudaram a enriquecer minha visão sobre a pesquisa, e a conduta de um professor, e acima de tudo, a conduta de um cidadão. Agradeço pelo apoio, carinho, paciência e motivação, e também sou grato pelo exemplo acadêmico, profissional e como ser humano que apresenta.

Agradeço ao meu grande amigo Carlos Eduardo Lopes, por me apresentar as ciências humanas de uma maneira que fez pegar gosto pela área e me ajudou a tomar a decisão de entrar na faculdade de História. Agradeço também por nossas diversas conversas e bons momentos compartilhados, um grande amigo que me incentivou a trilhar o caminho do conhecimento, da política e da filosofia, representando um pontapé na minha jornada.

Muitos outros nomes, de familiares, amigos e colegas que não cabem aqui, mas fizeram parte de minha vida em Nova Andradina-MS, cidade na qual eu nasci e cresci, a todos que fizeram parte da minha jornada, meus sinceros agradecimentos.

“Historiador não é o que sabe, mas o que procura”

Lucien Febvre.

RESUMO

Este trabalho monográfico apresenta os autores iluministas Immanuel Kant e Jean-Antonio Condorcet, comentando as concepções de natureza humana em suas obras sobre filosofia da história, usando como fontes o texto *ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* (1784), do filósofo alemão, e o *esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano* (1793-1794), do pensador francês.

Palavras chaves: Natureza Humana, filosofia da história, Iluminismo, Kant, Condorcet.

ABSTRACT

This monographic work presents the enlightenment authors Immanuel Kant and Jean-Antonio Condorcet, commenting on the conceptions of human nature in their works on the philosophy of history, using as sources the text *Idea of a Univeral History from a Cosmopilitan Point of View* (1784), by the German philosopher, and the *Outline of a Historical Framework of the Progress of the Human Spirit* (1793-1794), by the French thinker.

Keywords: Human Nature, philosophy of history, Enlightenment, Kant, Condorcet.

SUMÁRIO

Introdução	7
Capítulo I: Concepções históricas sobre a natureza humana	11
1.1. A concepção cristã.....	11
1.2. A concepção filosófica nos séculos XVI e XVII	12
Capítulo II: Iluminismo e filosofias da história.....	17
2.1. O Iluminismo	17
2.2. Iluminismo: concepções sobre antropologia e história.....	18
2.3. Iluminismo: Condorcet e Kant	20
Capítulo III: A concepção de natureza humana na filosofia da história de Condorcet e Kant.....	23
3.1. As concepções sobre filosofia da história.....	23
3.2. As concepções sobre a natureza humana.....	28
3.3. A natureza humana e o projeto político de sociedade	31
Considerações finais.....	36
Referências	39

INTRODUÇÃO

O Iluminismo europeu do século XVIII apresentou novos olhares sobre os acontecimentos históricos articulado a uma dada concepção sobre o que seria a natureza humana. Esse foi o caso dos autores Jean-Antoine-Nicolas de Caritat Condorcet e Immanuel Kant, cujas obras eu escolhi para analisar neste trabalho de conclusão de curso (TCC). Uma ideia proeminente na obra destes dois filósofos iluministas é que a história possuía um sentido racional, que conduzia os acontecimentos para um determinado *télos* (finalidade), determinava as características da natureza humana e influenciava o conjunto geral das ações dos indivíduos para a construção de um mundo de paz, progresso e prosperidade.

A partir dessa referência, o principal objetivo do TCC foi analisar as ideias dos dois autores sobre as concepções que desenvolveram sobre a natureza humana nos quadros de uma filosofia da história. Em termos de objetivos específicos, nossa meta foi: 1) expor as concepções cristãs e da filosofia europeia dos séculos XVI/XVII sobre a natureza humana; 2) apresentar a interpretação sobre antropologia e história na filosofia iluminista; 3) destacar a biografia de Condorcet e Kant; 4) analisar a obra de Immanuel Kant e Nicolas Condorcet no que se refere a relação entre filosofia da história e natureza humana.

Este trabalho se ampara em duas justificativas: em termos acadêmicos, Kant é um autor bem conhecido, e diversas pesquisas sobre ele já foram feitas, tanto nas áreas de história como de filosofia. Já a obra de Condorcet, pelo que constatamos na pesquisa bibliográfica que fizemos para este trabalho, é menos divulgado e analisado no meio historiográfico. E menos comum são estudos que tragam uma análise conjunta da obra destes dois filósofos em relação aos temas propostos aqui no TCC. Em termos de justificativa social, a pesquisa nos fornece um contraste com os dias de hoje. Nosso século é marcado por uma espécie de pessimismo e abandono de esperança, tanto em relação a soluções e utopias políticas, tanto com a crença no potencial do ser humano. A exposição do otimismo do século XVIII nos mostra como a história é repleta de rupturas e como uma sociedade desejante por mudanças consegue alterar seu cenário político, científico e social, pelo menos parcialmente. O tema deste trabalho é uma mensagem para nossa época de que os seres humanos podem se engajar coletivamente para construir soluções para seus problemas.

Esta monografia é um trabalho que se situa no domínio historiográfico da história das ideias. Segundo José de Assunção Barros (2008), trata-se de uma abordagem que busca compreender o desenvolvimento e especificidades das ideias ao longo do tempo, considerando o contexto social, político e cultural em que elas se desenvolveram. O autor entende que as ideias não nascem do nada, elas são influenciadas por outras ideias, culturas e eventos históricos. Portanto, pesquisar ideias pretéritas nos ajuda a compreender nossas formas de pensar hoje, fazendo ligações de ideias do tempo presente com as dos tempos passados.

No estudo da história das ideias, Mark Bevir (2008), menciona o conceito de significado hermenêutico, segundo o qual a interpretação de um fato não diz respeito somente ao objeto em si, mas também sobre o sujeito que o interpreta, já que a interpretação não é algo fixo, estático, mas sim construído e negociado de acordo com os contextos sociais e culturais de quem analisa. Portanto, Kant e Condorcet serão encarados como intelectuais de sua época, inseridos em tradições e contextos específicos, e que têm suas teorias influenciadas pelo século em que viveram.

O segundo aporte teórico para esta pesquisa nós encontramos em Zygmunt Bauman, na obra *Legisladores e Intérpretes* (2010). Neste livro ele apresenta um conceito de intelectual que ajuda a entender a dimensão política presente nas obras de Condorcet e Kant. Bauman explica que o conceito de intelectual tal como conhecemos hoje surgiu no século XVIII relacionado aos homens do Iluminismo, que tinham preocupações globais, tentando dar conta, por exemplo, da moral, ética, direito e história. Era o intelectual legislador:

A estratégia moderna de trabalho intelectual é aquela mais bem-caracterizada pela metáfora do papel do “legislador”. Consiste em fazer afirmações autorizadas e autoritárias que arbitrem controvérsias de opiniões e escolham aquelas que, uma vez selecionadas, se tornem corretas e associativas. A autoridade para arbitrar é, nesse caso, legitimada por conhecimento (objetivo) superior, ao qual intelectuais têm mais acesso que a parte não intelectual da sociedade. Esse acesso se dá graças a regras de procedimento, garantindo que se alcance a verdade, que se chegue a um juízo moral válido e se selecione um gosto artístico apropriado (Bauman, 2010, p. 20).

Os intelectuais que estudei para esse artigo se classificam no grupo dos Intelectuais Legisladores de Zygmunt Bauman. Kant escreveu sobre diversos temas, desde estética, moral, possibilidades do juízo do conhecimento, a razão humana, a história, e o direito, como forma de intervir no debate público. Condorcet se engajou na

Revolução Francesa e foi politicamente ativo. Ambos os pensadores faziam afirmações para arbitrar controvérsias e baseavam sua autoridade no conhecimento, tentando influenciar na resolução dos problemas que avaliavam que precisavam de respostas na época que viviam.

Em termos metodológicos, José de Assunção Barros aponta para a necessidade de analisar as relações entre texto e contexto. O autor indica uma análise de texto/contexto, pois, de acordo com ele, para compreender o sentido das ideias de determinado intelectual é necessário entender as singularidades do período histórico e como isso se relaciona com a produção de ideias, por isso a importância fundamental da dialética texto/contexto.

Mark Bevir (2008), por sua vez, escreve sobre a importância do equilíbrio, de não deixar o contexto falar mais que o autor, e nem o autor ser visto como um ser a-temporal, que produz sem nenhuma influência de seu meio. Bevir defende que a metodologia do intencionalismo fraco seria o ponto adequado entre dois extremos, quais sejam, o excesso de contextualismo, que acredita que as estruturas linguísticas e o entorno do autor ditam a obra e a escrita de um pensador, ou a crença de um intencionalismo forte, que é um sujeito escrevendo de uma posição de neutralidade, a partir de um individualismo atomístico, partindo de lugar nenhum, pois nada a sua volta interfere em sua escrita. O intencionalismo fraco analisa a obra de um autor como fruto de sua época, porém, se interessa pela criatividade, liberdade e originalidade de autores, que mesmo vivendo em um mesmo período podem apresentar diferentes opiniões: “Podemos, pois, repudiar o individualismo atomístico sem por isso negar a capacidade humana de agir criativamente num dado contexto social. O fato de um contexto social influenciar as crenças de alguém não significa que as determine” (Bever, 2008, p. 54).

As fontes utilizadas neste TCC foram particularmente duas, o texto de Condorcet, chamado *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*, escrito entre 1793 e 1794. A versão que utilizo carrega o mesmo nome, publicada pela Editora Unicamp, em 2013, traduzida por Carlos Alberto Ribeiro Moura, com a apresentação do livro feita por Maria das Graças S. Nascimento. A segunda fonte foi escrita por Immanuel Kant em 1784, *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. A versão utilizada nesse TCC foi publicada em 2007 pela editora LusoSofia:press, com uma pequena alteração no título da obra, levando o nome de *Ideia de uma história universal com um propósito cosmopolita*. A tradução foi feita por Artur Morão.

O conteúdo do TCC foi pensado da seguinte forma: No 1º capítulo, apresentei o contexto do nascimento do cristianismo no Oriente Médio, e como essa religião forneceu

uma interpretação sobre a natureza humana como caída e pecadora, com o objetivo da história sendo a salvação das almas no juízo final. Escolhi começar com a história cristã pois ela apresenta uma filosofia da história com um *télos*, estrutura que persiste nas obras dos autores iluministas. Entendendo que as filosofias da história de Condorcet e Kant representam uma secularização da promessa cristã, começar o trabalho pelo cristianismo significa preparar o caminho para a compreensão do restante da monografia. Na segunda parte do primeiro capítulo, mostrei como no período medieval europeu prevaleceu a concepção cristã sobre história e natureza humana, sendo que na aurora da Idade Moderna, autores como Descartes forneceram uma visão de um homem racional e cada vez mais acreditando no seu potencial de intervenção no mundo. No 2º capítulo são apresentados as principais características do Iluminismo, dando ênfase na interpretação sobre antropologia e história. Além disso, é destacada a biografia de Condorcet e de Kant. No capítulo 3 são explicadas as filosofias da história dos dois autores, as concepções acerca da natureza humana dos pensadores, e os projetos políticos de sociedades dos filósofos.

CAPÍTULO I

CONCEPÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A NATUREZA HUMANA

1.1. A concepção cristã

De acordo com Nosella e Oliveira (2008), a religião cristã surge no Oriente Médio, mais precisamente no território que hoje corresponde a Palestina. Na época esse território vivia sob o domínio do Império Romano, que se estendia por vastas porções de terras, desde a Europa até o Oriente Médio. O cristianismo nasce a partir dos ensinamentos de um homem de origem humilde, filho de um carpinteiro e praticante do ofício do pai até uma parte de sua fase adulta, Jesus, época do governo do Imperador Otávio Augusto (27 AEC – 14 EC), em Belém, e criado na Galileia, região conhecida por sua pobreza.

Jesus nasce em uma Israel fortemente religiosa, que mesmo oprimida politicamente e economicamente pelo Império dos Césares ainda tinha uma conexão muito forte com seus ancestrais, reivindicando ascendência de Abraão, Moisés, Davi e tantos outros líderes e profetas. Nesse contexto Jesus apresenta sua mensagem religiosa evitando se envolver em questões políticas, já que sua intenção não era rivalizar com os romanos, nem libertar geograficamente e politicamente Israel de seus algozes, mas sim se opor as interpretações errôneas que os Fariseus e Saduceus, grupos religiosos dominantes entre os Judeus, faziam das escrituras sagradas. Ele queria libertar espiritualmente seu povo do pecado e das trevas. Jesus se apresentou como um líder espiritual, não político, e seu objetivo não era se opor aos romanos, mas aos líderes religiosos de seu tempo que ele qualificou como hipócritas. Pilatos também viu Jesus como um líder espiritual, por isso hesitou em condena-lo à cruz num primeiro momento, já que não o enxergava como uma ameaça direta à Roma. (Chevitarese, 2006).

Jesus propõe uma nova interpretação acerca da natureza de Deus, que agora se apresenta como um Deus muito mais amoroso e menos punitivo que o dos textos hebraicos do que ficou conhecido como Antigo Testamento. Um Deus que antes queria sacrifícios e obediência à Lei, e agora quer arrependimento e vontade de mudança, pois está disposto a se relacionar com seus filhos. Jesus apresenta uma nova forma de pensar a relação entre Deus e o homem, já que agora o homem é incapaz de se justificar e Deus por misericórdia desce dos céus e vem ao seu encontro, para salvá-lo, “O amor não é primordialmente ‘subida’ do homem, mas ‘descida’ de Deus em direção aos homens” (Reale e Antiseri, 2005, p. 19)

Autores como Ana Paula Cantelli Castro e Rômulo Rossy Leal Carvalho (2022) explicam a história do cristianismo como uma religião dividida em duas etapas, a primeira se trata do cristianismo com Jesus e a segunda etapa de um cristianismo sem Jesus, segundo os autores:

A história do cristianismo com Jesus é um movimento constituído predominantemente por camponeses, falantes do aramaico, em geral, monoglotas, na Palestina, que conviveram com Jesus; já o movimento de Jesus sem Jesus é caracterizado pelos esforços de Paulo de Tarso e demais discípulos que escreveram sobre Jesus (mas não conviveram com ele), cujos ouvintes eram citadinos, falando do latim, do grego ou dialetos locais e ambientados na cultura romana (Carvalho e Castro, 2022, p. 95).

A segunda fase do cristianismo, a fase sem Jesus, que ocorre após sua morte, teve Paulo entre suas lideranças e foi levada para diversos povos, graças as rotas estabelecidas pela expansão de Roma, e também por seus esforços em suas viagens missionárias. Este apóstolo contribuiu muito para o sucesso da religião cristã. Paulo produziu muitos textos, e neles falou sobre o caráter do ser humano diversas vezes, sobre sua natureza caída, sua essência pecadora que vem desde Adão, e como Jesus veio para oferecer uma oportunidade de salvação. Paulo é pessimista ao descrever a natureza humana, lembrando a todo momento que por conta de nossa essência pecadora, nossos esforços, o sacrifício de animais, o seguimento literal da lei, o estudo o uso da razão e todas essas e outras tentativas são insuficientes, já que não garantem nossa salvação, que só pode ser encontrada através do sacrifício do Senhor na cruz (Castro e Carvalho, 2022).

O conceito de pecado original abordado por Paulo é importante para entender como as gerações posteriores de adeptos da fé cristã vão definir a natureza humana. Para Paulo, a falha de um só homem deturpou a natureza de todos “Quando Adão pecou, o pecado transmitiu-se a toda a raça humana e trouxe, como consequência, a morte a todos; e todos foram contados como pecadores” (Romanos 5,12). A concepção judaica, ou ao menos a interpretação que os líderes religiosos faziam dela, pregava que o homem pode se redimir pelo sacrifício de animais e pelo seguimento da lei de Moisés. O cristianismo rompe com isso ao definir a natureza do homem como uma natureza caída, e por conta dessa Queda, o homem seria incapaz de chegar até Deus. Para resolver a mácula do pecado original, Deus providenciou o sacrifício de seu Filho para redimir os homens de sua natureza maléfica.

1.2. A concepção filosófica nos séculos XVI e XVII

No período conhecido como Idade Média surgiu a escolástica, que se desenvolve no final do século XII e tem seu auge no século XIII, com relações próximas a universidade, a qual se apresentava como uma instituição de ensino da filosofia da religião e se dedicava a estudar os textos bíblicos e pensadores como Aristóteles e Santo Agostinho. A escolástica baseava seus estudos no chamado “princípio de autoridade”, que considera os textos sagrados assim como os textos aristotélicos como superiores e fontes do conhecimento, com os estudantes e autores devendo respeitar a hierarquia a autoridade dos textos, e adotando a postura de fazerem produções baseadas em comentários dessas obras consagradas, o que se chamaria de “ciência do comentário”, um estudo excessivamente teórico e sem a intenção de gerar uma nova produção. Teólogos escolásticos como Tomás de Aquino (1225-1274) defendiam a importância dos textos filosóficos de Aristóteles na compreensão da Bíblia, em outras palavras, tentava unir a fé e a razão, as escrituras e a filosofia. Porém, mesmo com essa participação da razão, a fé e a revelação ainda aparecem como os pontos fundamentais na busca do conhecimento sobre as verdades do mundo, que ultrapassam os limites da lógica humana. (Barros, 2012).

Portanto, havia uma tendência do movimento escolástico de supervalorização da fé, e uma crença que o conhecimento se daria por meio da revelação. Como durante a Idade Média a religião e a preocupação com a alma estavam presentes em todas as áreas da vida europeia, na escolástica não era diferente. A sua finalidade era salvar a alma do homem, tendo em vista a concepção que a Igreja tinha do homem com uma natureza pecadora (Coelho, 2016).

Ao se adentrar na Idade Moderna, mudanças começam a ocorrer na paisagem intelectual europeia que vão ajudar a redefinir a concepção de natureza humana. Segundo Mariconda (2006), no século XVII ocorreu uma revolução no pensamento científico europeu que criou as bases para o nascimento da chamada ciência moderna. Houve filósofos e cientistas que contribuíram para este processo, dentre eles Galileu Galilei (1564-1642), o qual ajudou na transição da ciência medieval, ou escolástica, para a ciência moderna. Essa transição apresentou algumas características, como a nova postura do estudioso em relação aos fenômenos da natureza que, segundo o autor, durante o medievo era uma atitude contemplativa, e passou a ser cada vez mais a procura em entender os fenômenos da natureza. A prova disso foram os diversos instrumentos pensados e criados para que o homem pudesse entender e se projetar no mundo tentando

dominá-lo, como telescópio e compasso:

É comum caracterizar a revolução científica do século XVII como uma transformação completa da atitude fundamental do espírito humano. Essa transformação está expressa na oposição entre uma atitude ativa e uma atitude contemplativa: o homem moderno procura dominar a natureza, tornar-se “dono e senhor da natureza”, enquanto o homem medieval visa apenas contemplá-la (Mariconda, 2006, p. 269).

A postura de uma atitude ativa ganhou força após uma mudança fundamental nos conceitos de teoria e prática, já que durante a Idade Média havia uma separação entre ciência e técnica, onde a ciência era tida como algo excessivamente teórico, sem fins práticos, pois seu objetivo era o debate teológico e a salvação da alma, portanto, a noção científica era permeada por discussões filosóficas sem intenção de agir no mundo, além da teoria ser vista como algo nitidamente superior à prática. Essas visões tornavam a escolástica como uma ciência de debates teóricos e comentários de textos, tanto aristotélicos quanto canônicos. Na passagem da ciência medieval para a ciência moderna, essa cisão entre teoria e prática deixou de existir, e Galileu contribuiu para realizar essa união entre teoria e prática. A ciência se apresenta agora de outra forma, como um conhecimento com finalidades práticas e não mais apenas teóricas, onde a teoria se subordina a uma experiência prática e tem como objetivo um processo de intervenção no mundo por meio da compreensão dos fenômenos da natureza. Se Aristóteles se preocupava com a *causa* dos fenômenos, e os filósofos medievais com a *essência* da natureza, a preocupação de Galileu e dos modernos era *como* funcionavam os fenômenos naturais.

A mudança na epistemologia científica que ocorreu na passagem do medievo para a Idade Moderna, com a crescente ênfase na produção de um conhecimento teórico que ocorre entrelaçado à atividade prática, se deu em conexão com uma nova interpretação sobre a natureza humana. Sobre esse segundo ponto, é possível citar o matemático e filósofo francês René Descartes (1596-1650), pensador que defendeu a tese de que o conhecimento provém da razão e que as ideias sustentam o intelecto humano, sendo elas

inatas e intrínsecas à nossa natureza. Em sua trajetória de pesquisas, ele buscou certezas indubitáveis que poderiam ser usadas como ponto de partida para todo o conhecimento humano, desde que fossem submetidos a um método correto. Ele parte do princípio que devemos duvidar de todos os conhecimentos e certezas, até que através de um método argumentativo-lógico eles sejam testados e entendidos como confiáveis e verdadeiros. Assim começa o processo dubitativo em sua obra *Primeira Meditação* (1641), onde ele discorre sobre a dúvida da confiabilidade dos sentidos e do puro raciocínio matemático, através da hipótese do *Gênio Maligno*, um “Deus mau e enganador” que confunde nosso intelecto (Dutra, 2008).

Após uma série de argumentações, Descartes chega à sua primeira certeza indubitável, a de que nós existimos, e nisso podemos confiar, independentemente da existência de um Deus enganador ou não:

Assim, conclui Descartes: é inteiramente certo que a proposição “eu sou” é verdadeira toda vez que a enuncio. Este é o famoso *Cogito cartesiano*. O termo ‘cogito’, em latim, significa penso. No *Discurso do método*, a mesma argumentação é apresentada por Descartes de um modo um pouco diferente. [...]. Mas, de fato, esta primeira certeza é aquela de um sujeito que não pode se enganar ao dizer: “eu sou”, ou então “eu existo” (Dutra, 2008, p. 67-68).

Descartes entende que a prova que existimos é que estamos duvidando, e duvidar significa pensar, daí surge sua famosa expressão, “*cogito ergo sum*”, em português “*penso, logo existo*”. Descartes desmonta sua hipótese do *Gênio maligno*, ao argumentar que como somos seres imperfeitos e limitados, mas temos ideias de coisas perfeitas e infinitas, logo Deus existe, pois, essa ideia de perfeição não pode ter vindo de nós ou de nossa experiência no mundo, mas sim de cima, de um Deus bom e não de um Deus mau, como a hipótese do *Gênio* apontaria. Ao argumentar que Deus existe, o francês entende que não estamos sendo iludidos por nenhum Deus enganador, então nossa razão é confiável, pois Deus é bom e perfeito e nos enche de ideias claras e distintas que são fontes de certezas. Após esse longo processo, René Descartes conclui que a razão é uma fonte de conhecimento confiável, diferente dos sentidos que podem nos enganar, e também conclui que nossas ideias são claras e distintas, são inatas, próprias de nossa natureza. Para Dutra (2008, p. 71):

A argumentação de Descartes também expressa duas convicções que são típicas dos filósofos de sua época. Primeiro, que *podemos* reformar

o conhecimento humano, desde que tenhamos os elementos adequados para isso. Segundo que *devemos* reformar o saber humano, e que tal reforma é ao mesmo tempo resultado da liberdade humana e da responsabilidade que a acompanha.

Ramon Grosfoguel (2016) chama atenção para outro desdobramento do trabalho deste filósofo, qual seja, quando Descartes afirma a existência do “Eu” no “*cogito ergo sum*” como uma substância separada do corpo, em um dualismo ontológico, ele assume a pretensão de dizer que esse conhecimento produzido por ele não está restrito ao seu corpo, nem a França ou Europa, é um conhecimento com pretensão de ser universal, já que o “Eu” seria independente, impessoal e assumiria uma posição de neutralidade. Para Descartes e todos os influenciados diretamente por sua tradição, a afirmação que todo conhecimento é produzido por um sujeito que fala de determinado lugar e com seus pontos de vista, é errônea, pois o filósofo parte de um ponto de vista que não assume a si mesmo como ponto de vista, mas sim como uma verdade universal.

Pelo exposto nos parágrafos anteriores, o que se nota é que na visão medieval influenciada pelo cristianismo, a vida terrena era entendida apenas como um período de passagem para uma natureza humana pecadora. A existência se traduzia na tentativa de buscar a salvação da alma. Durante a passagem para a Idade Moderna essa concepção se altera, com o sentido da existência humana deixando de ser exclusivamente uma questão religiosa e passando a ser uma questão prática de interferência no mundo, não de negação dele, vide o caso de Galileu Galilei. Com René Descartes ganhou força o entendimento que o homem pode e deve reformular o conhecimento humano por meio de métodos testáveis e verificáveis, e deve abandonar as superstições para fazer tal tarefa, pois a natureza racional permitiria ao homem ter a confiança para uma postura ativa no mundo.

CAPÍTULO II

ILUMINISMO E FILOSOFIAS DA HISTÓRIA

2.1. O Iluminismo

A Europa que testemunhou o Iluminismo do século XVIII ficou conhecida como Antigo Regime, marcado pela concentração de poder nas mãos do rei, por uma economia mercantilista que privilegiava os interesses do Estado e uma sociedade estamental, onde a posição social era definida pelo nascimento. Segundo Fanny Cosandey (2023), a legitimação da ordem social do Antigo Regime era de viés religioso. O autor explica, por exemplo, que os argumentos de legitimação do poder real se baseavam em teologias e no antigo direito romano, que consideravam o rei como um representante de Deus na terra, sendo a origem de seu poder divina, sendo ele fonte de todas as leis já que era o emissário e o executor da vontade de Deus neste mundo. Um dos principais divulgadores da teoria do direito divino dos reis foi Robert Filmer (1588-1653), que argumentava que os monarcas mereciam governar porque descendiam direto de Adão, e seu poder deveria ser respeitado pelos súditos assim como um pai deve ser respeitado por seus filhos (Lopes, 1992).

Em oposição à essa sociedade europeia hierárquica, desigual, absolutista e religiosa, surge no século XVIII um movimento crítico, que reivindica o posto de arautos do conhecimento racional sobre o homem e o mundo físico e metafísico, o que se traduz na definição que deram ao seu século, como “século das luzes”. Esse movimento intelectual ocorrido na Europa foi nomeado como Iluminismo, o qual foi marcado pela exaltação da razão e da ciência, e o combate à uma visão de mundo religiosa que fomentaria a superstição e o dogmatismo, tendo profundo impacto no continente e posteriormente em todo o mundo. O Iluminismo ajudou a fortalecer o conceito de individualidade, liberdade e cidadania (Falcon, 1994).

O Renascimento e o Humanismo do século XV, as Reformas Religiosas do século XVI, a filosofia cartesiana e a revolução científica do século XVII, foram reivindicados pelos Iluministas como momentos preparatórios que apontavam para um clímax, que ocorria com a nova forma de pensar a realidade, uma forma racional e baseada em explicações lógicas, que ia obtendo cada vez mais força, resistindo as censuras impostas pelos déspotas e religiosos que só teriam a perder com o esclarecimento do povo, e esse novo modelo atingia seu apogeu no século XVIII, quando, segundo o discurso de

iluministas, a ciência e a razão alcançavam os status de confiabilidade em uma sociedade que antes era regida pela fé (Falcon, 1994).

Immanuel Kant foi um dos principais nomes do Iluminismo e, em texto de 1784, chamado *O que é o esclarecimento*, ele afirmou que o Iluminismo se baseia em uma postura crítica em relação ao conhecimento recebido, tendo a dúvida como a característica principal de uma pessoa que caminha para se libertar dos preconceitos que prendem o espírito humano no estado de ignorância. O autor faz um convite à independência intelectual, que geraria a capacidade de pensar por si, “Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é o culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo” (Kant, 1985, p. 100). Kant afirma que uma sociedade que permita uma maior liberdade civil é um terreno mais propício ao fomento de debates, e, portanto, a racionalidade. Conforme Grespan:

[...] Kant definiu o Iluminismo na sua resposta à polêmica de 1784, mencionada acima “*sapere aude*”- “ousa saber”, isto é, “ousa servir-te do teu próprio entendimento”, sem imitar ou aceitar passivamente as idéias das autoridades reconhecidas e temidas” (Grespan, 2003, p. 16).

Ernest Cassirer (1992), explica a passagem do paradigma científico do século XVII para o XVIII. De acordo com ele, a razão do século das luzes não é puramente matemática, como a do século anterior, pois não é antecipada a um sistema de pensamento, mas surge durante o processo, ela não se submete a nenhum sistema, mas submete todos a si. O pensamento newtoniano de valorização da observação e da experiência somados a racionalidade não ficou restrito a física, mas forneceu um método científico de verificação da verdade, segundo os autores, que foi copiado por pesquisadores das ciências da natureza e da metafísica, como Kant. Essa mudança no método que influenciou diversas áreas do conhecimento, representa uma mudança no paradigma científico e na forma de enxergar a razão e a experimentação. A razão não era mais escolástica, como nos séculos XIV e XV, nem uma razão somente especulativa como a cartesiana do século XVII, mas sim uma razão acompanhada da observação e experimentação, não se contrapondo ao método do século anterior, mas sofisticando ele para uma intervenção no mundo.

2.2. Iluminismo: concepções sobre antropologia e história

Para Francisco Falcon (1994), o movimento iluminista representou um questionamento a teologia como a base de todos os saberes. Um exemplo disto foi o desenvolvimento de uma nova compreensão da antropologia, que passou a encarar o estudo do homem, de sua história e sua natureza como disciplina de máxima importância, não aceitando a definição cristã do homem como um ser pecador e caído, mas buscando entender ele em todas as suas potências e complexidades. A epistemologia iluminista, que buscou se alicerçar na passagem da transcendência à imanência, se admirava com a capacidade do homem de criar seu próprio mundo, a sociedade, a civilização, o direito, enquanto atribuía significados a essas áreas. A civilização passa a ser uma extensão do ser humano, representando sua emancipação, sua saída do estado de barbárie, entendendo que é a sociedade que abre caminho para a compreensão do ser. A compreensão da sociedade se passa pela análise de como elas é, e de como deveriam ser, o *Devir* histórico, daí nasce uma marcante característica do “século da filosofia”, a noção de um progresso da humanidade, um progresso histórico, intelectual, moral, técnico e jurídico, onde o amanhã será melhor que o hoje, e as sociedades caminham rumo a resolução dos conflitos e construção da felicidade comum:

A ideia de *progresso* manifesta-se inicialmente à época do Renascimento, como consciência de ruptura. Ela irá implicar mais e mais, a partir de então, uma disposição entre a ordem da cultura e a ordem natural, pois implica a *negação* da repetição cíclica. No século XVIII tal ideia associa-se à consciência do caráter progressivo da civilização, e é assim que a encontramos em *Voltaire*. Tal como para *Bacon*, no início do século XVII, o *progresso* também é uma espécie de objeto de fé para os iluministas (Falcon, 1994, p. 61).

Outro conceito que é formulado pelo movimento das luzes e vinculado a nova concepção antropológica no século XVIII, é o de humanidade, alcançado por meio da razão, esse conceito seria um conjunto de comportamentos adequados, de tolerância, empatia, respeito pelas leis, filantropia e a crença na educação como peça chave na formação do ser humano e estimulando o florescimento de suas qualidades e sua cidadania, o protegendo dos preconceitos e ignorâncias. (Falcon, 1994).

O ser humano concebido na filosofia iluminista é visto como peça central no *devir* histórico. Para Ricardo Silva (2016), o possível sentido da história fora da religião é um assunto muito debatido durante o século XVIII. O cristianismo propõe seu *Télos* (finalidade da história), que seria a volta de Cristo e a salvação dos justos. Mas durante o Iluminismo o sentido da história começou a ser pensado para além do modelo

cristão, ou seja, a história possui uma racionalidade própria, um sentido, uma finalidade que se concretizaria no próprio mundo, não no paraíso celeste. Essas teorias foram chamadas de filosofias da história, que pressupõem um pensamento racional sobre os acontecimentos históricos e estabelecem uma relação entre a histórias dos povos e a história de toda a humanidade, encarando a história como uma continuação, linear, em que os eventos estão conectados em si e vão se desenvolvendo em uma lógica própria, e o progresso das civilizações são a prova de que os povos saíram de estados mais primitivos e partiram rumo ao avanço, ao conhecimento e as leis. A filosofia da história considera que os eventos manifestam um princípio interno mais profundo, e esse princípio é o responsável por ditar o progresso dos povos. Porém os detalhes de como isso aconteceria variam muito de acordo com cada filósofo.

As filosofias da história produzidas por iluministas surgiram em oposição ao pensamento de Descartes, que argumentava que a história não passava de uma série de fatos desconexos e sem nenhum sentido. De acordo com Ricardo Silva (2016), as filosofias da história iluministas possuíam um ponto em comum com o cristianismo, qual seja, a crença no fim das injustiças e na construção de um mundo harmônico, sem sofrimentos e mazelas. Porém, enquanto na teologia cristã este futuro iria ocorrer nos céus fruto de uma vontade divina, a possibilidade de um mundo melhor na concepção de história dos iluministas iria se concretizar na Terra, por meio do progresso dos povos: “No entanto, uma análise mais atenta revela que as filosofias da história também significaram uma secularização das promessas do paraíso cristão em um contexto marcado pela valorização da razão e a euforia com o pensamento científico” (Silva, 2016, p. 102).

2.3. Iluminismo: Condorcet e Kant

O Iluminismo teve como base o pensamento de diversos filósofos. Neste trabalho, o foco recaíra sobre dois. Um deles era francês, Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat, ou simplesmente Marquês de Condorcet. Nascido em família nobre em 17 de setembro de 1743, na cidade de Ribemonte na França, aos 11 anos de idade foi estudar com os Jesuítas de Reims, e aos 15 foi para Paris estudar no colégio de Navarra. Aos 16 anos, por conta de suas habilidades analíticas, chamou a atenção de D’Alembert, que o acolheu como aluno e o ajudou no seu desenvolvimento intelectual. Em 1765 publicou sua primeira obra *Ensaio sobre o cálculo integral*, que foi bem recebida em Paris. Casou-se em 1786 com Sophie de Condorcet, uma pensadora feminista importante, amiga de mulheres renomadas como Olympe de Gouges e Louise-Félicité de Kéralio, figuras fundamentais no nascimento do movimento feminista. Sob a influência de seu

amigo Jacques Turgot, Condorcet mudou o foco dos seus estudos que eram exclusivamente matemáticos, e passou a se interessar por filosofia e política, se engajando na luta pelos direitos humanos, contra a escravidão da população negra, e defendendo a emancipação das mulheres, muito provavelmente influenciado por sua esposa e seu círculo de amigas. Condorcet chegou a apoiar a Revolução Americana, que o filósofo e matemático via como um passo importante para a concretização dos direitos humanos. Condorcet aderiu a Revolução Francesa em 1789 e se engajou politicamente como deputado do legislativo e como integrante do grupo dos girondinos:

Assim, a Revolução Francesa aparece como uma extensão de um movimento iniciado na América. A França, naquele momento, reunia uma série de condições que tornava o terreno propício para isso. Em primeiro lugar, era um país no qual o povo era um dos mais esclarecidos e, contudo, um dos menos livres; no qual os filósofos eram os melhores, e o governo, um dos piores; enfim, as leis francesas estavam tão abaixo do espírito político que não havia meio dos franceses se apegarem a elas. Essas contradições fizeram com que a França pudesse dar o primeiro passo na Europa em direção a uma revolução que “os amigos da humanidade”, diz Condorcet, “aguardavam com tanta esperança e impaciência” (Nascimento, 2013, p. 16).

Em 1793 por motivos de discordâncias políticas com os jacobinos, a respeito de uma nova constituição para a nação, Condorcet foi considerado um traidor e sua prisão foi decretada. Ele fugiu e ficou escondido em Paris por vários meses e nesse período ele escreveu uma de suas obras filosóficas mais conhecidas, *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano* (1793-4), uma obra extremamente otimista que tinha como objetivo analisar os avanços da humanidade durante toda a história, pensando o seu fio condutor como desenvolvimento da razão e as realizações do homem no mundo. Ele pensa o homem desde os tempos primitivos até sua época, marcado por uma evolução moral e intelectual incessante, acreditando que o presente é superior ao passado, e o futuro será ainda melhor, o *télos*, o aperfeiçoamento do homem e a construção de uma sociedade mais justa. Condorcet foi preso e em 1794 morreu na prisão em circunstâncias desconhecidas até hoje (Nascimento, 2013).

Na Alemanha o Iluminismo também chegou e teve nomes importantes na circulação de ideias e debates filosóficos. Um deles foi Immanuel Kant. Nascido em 22 de abril de 1724 em Königsberg na Alemanha, onde nasceu, viveu e morreu, o autor teve uma vida discreta, dando muitas aulas ao longo da semana, jantando com alguns poucos amigos, passeando pela cidade no final das tardes, e sendo extremamente metódico com seus horários. Kant dedicava sua energia às suas pesquisas e ao mundo acadêmico. Em 1740 ele ingressou na universidade e sua vida financeira era tão tímida quanto sua vida

particular. A partir de 1770 assumiu a cátedra de Lógica e Metafísica na universidade de sua cidade e iniciou a fase de seus escritos mais importantes, onde ele abordava questões relacionadas a teoria do conhecimento, discutida na *Crítica da Razão Pura* (1781), onde a questão principal é a investigação dos limites do conhecimento, tentando superar os impasses entre racionalismo e empirismo na resposta a pergunta se os Juízos sintéticos a priori são possíveis ou não, ou seja, se é possível um conhecimento de lógica expansiva, fruto de sínteses. Se em *Crítica da Razão Pura* Kant quis saber o que é possível conhecer, chegando à conclusão que conhecemos os fenômenos e não os númenos, em 1788 em sua obra *Crítica da Razão Prática* a pergunta que norteia a obra é, O que fazer?, tratando da filosofia moral sobre as bases das ações humanas. E no terceiro e último capítulo dessa obra em *Crítica do Juízo* (1790), ele discute as questões estéticas do objeto e as categorias de entendimento do sujeito que haviam sido apresentadas nas obras anteriores (Tedéia, 2004).

Mas a obra que nos interessa nessa monografia foi publicada pelo alemão em 1784, chamada *Ideia de uma história universal do ponto de vista cosmopolita* que usaremos a tradução de Artur Mourão que ganhou o nome de *ideia de uma história universal com um propósito cosmopolita*, uma obra em que o autor se dedica a fornecer uma interpretação sobre os acontecimentos históricos ao longo de toda a humanidade. O autor sugere que, analisando os eventos e os fatos, se pode perceber que existe uma finalidade neles, e essa finalidade não foi planejada por Deus ou por algum ser supremo, mas sim pelos “Desígnios da Natureza”, que os homens cumprem mesmo sem perceberem, e enquanto correm atrás de seus interesses particulares e brigam uns com os outros, estão fazendo parte de um plano maior, que é percebido ao nos atentarmos para um dom dado exclusivamente ao homem, a razão. Para Bourdê e Martin (1983), Kant deixa claro que se a natureza deu a razão ao homem, ele deve a usar “Ao munir o homem da razão a natureza indicava claramente o seu plano. O homem não devia ser governado pelo instinto nem secundado por um conhecimento inato; devia tudo tirar de si mesmo” (Bourdê, Martin, 1983, p. 46).

CAPÍTULO III

A CONCEPÇÃO DE NATUREZA HUMANA NA FILOSOFIA DA HISTÓRIA DE CONDORCET E KANT

3.1. As concepções sobre filosofia da história

Na obra *o esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*, Condorcet narra os grandes acontecimentos e eventos ao longo da humanidade dividindo-os em dez períodos: do 1º até 9º é falado desde as formas mais arcaicas de civilização até a época do autor, durante a Revolução Francesa, já o 10º período é dedicado ao futuro da humanidade, que Condorcet prospecta com base no que ele observou do passado. Na sua perspectiva, o quadro histórico apresenta um fio condutor que é constituído pelos progressos feitos pelo espírito humano.

O autor argumenta que essa evolução da humanidade não seria possível caso a natureza humana não fosse inclinada para tal feito, o de se aperfeiçoar, ilimitadamente, buscando o conhecimento, as resoluções de conflitos, as artes, a música e a política, esses atos são sinônimos de felicidade, portanto, quanto mais culta for uma sociedade, mais justa ela será e, conseqüentemente, mais feliz.

Na obra de Condorcet consta que um longo caminho precisou ser traçado para chegar ao “século das luzes” (XVIII). Esse caminho se iniciou em um período muito distante, com os homens vivendo em povoados, dependendo da caça e da coleta em uma vida extremamente cansativa e violenta. A arte estava relacionada com a fabricação de armas, preparo de alimentos e uma tímida agricultura. Avalia o filósofo que nessa época provavelmente o homem deveria ter um conjunto de valores morais, que criava afeição entre os membros de sua tribo e um ódio e desejo de vingança contra membros de outras, que rivalizavam por recursos. As noções de propriedade individual deveriam ser aplicadas a carcaças de animais mortos em caçadas e as armas fabricadas por cada um. A valorização do esforço físico fazia com que as mulheres fossem violentamente subjugadas. Esse foi o primeiro período dos progressos do espírito humano.

O homem, que seria rico em faculdades, e consegue comparar e combinar diferentes ideias, ao longo do tempo percebeu a possibilidade de criar animais, e essa ideia representou uma possibilidade maior de descanso, de observar a natureza e os astros, e se dedicar a reflexão. A descoberta da agricultura e da pecuária possibilitou uma atenção a mais no homem em questões exteriores e interiores. Com o sedentarismo nasceu a desigualdade, pois uns tinham mais rebanhos que outros, e os menos abastados trocavam

seu trabalho para sobreviver. A invenção da escrita marcou o grande passo dado pela humanidade na Antiguidade, que permitiu a conservação de conhecimentos e tradições de uma forma exata, sem depender da memória, além de aumentar a capacidade de articulações de novas formas de pensamento. Esses foram o segundo e terceiro período apresentados pelo autor.

Em relação ao 4º período histórico dos progressos do espírito humano, Condorcet comenta sobre a Grécia e suas contribuições para o gênero humano. Graças a viagens de gregos para a Ásia e o Egito, foi possível uma troca de conhecimentos entre os povos, que agregou conhecimento aos helenos. Grandes pensadores como Pitágoras, Tales de Mileto, Sócrates, Platão e Aristóteles ajudaram no desenvolvimento da matemática e na busca pela verdade através da razão. Porém como todas as sociedades, a Grécia apresentava uma série de contradições, pois era uma sociedade escravista, com uma desigualdade entre homens e mulheres, livres e escravos, além do relativismo moral e vícios de linguagem que fizeram os sofistas desviarem o foco da procura pela verdade para as questões semânticas.

Entrando no 5º período, outros avanços foram feitos durante o domínio romano, principalmente na área jurídica. O direito romano trouxe uma ideia de individualidade do sujeito, pois a lei permitia a pessoa se enxergar como portadora de identidade, que pode permanecer no tempo, sem grandes interferências externas. Mas a tirania de imperadores e generais, o excesso de tradições e a escravidão degradaram o espírito humano nessa sociedade que tanto aprendeu com os Gregos, e com eles herdaram um hábito muito positivo, o de manter os sacerdotes ligado a apenas rituais religiosos, e não como portadores do conhecimento, como várias sociedades antigas haviam feito, o que limitou o acesso do povo à instrução (Condorcet, 2013).

Roma dominou boa parte do mundo conhecido na época. Isso gerou um diálogo entre diferentes povos e a chegada de uma religião vinda do Oriente, a qual se fortaleceu rapidamente entre os escravos e as camadas populares do Império Romano, descontentes com sua situação de dominados:

Os povos de nações conquistadas, os desafortunados, os homens de uma imaginação ardente e fraca, ligaram-se de preferência às religiões sacerdotais, porque o interesse dos sacerdotes dominadores lhes inspirava precisamente esta doutrina da igualdade na escravidão, renúncia de bens materiais, de recompensas celestes reservadas à cega submissão, aos sofrimentos, às humilhações voluntárias ou suportadas

com paciência; doutrina tão sedutora para a humanidade oprimida (Condorcet, 2013, p. 88).

Nesse momento houve mudança na visão de homem: agora não eram mais cidadãos romanos e não romanos, mas sim filhos de Deus, que englobava todas as pessoas, servos ou livres, estrangeiros ou não. O cristianismo cresceu por toda Roma e representou o declínio da cultura romana. Para Condorcet, ao mesmo tempo que a nova religião pregava uma igualdade e bondade com o próximo, ela sufocou a filosofia, a razão, a lógica e as ciências naturais, e trouxe de volta muitas superstições que os Gregos haviam combatido e até eliminado: “O desprezo pelas ciências humanas era um dos primeiros caracteres do cristianismo. Ele precisava se vingar dos ultrajes da filosofia; ele temia esse espírito de exame e de dúvida, essa confiança em sua própria razão, flagelo de todas as crenças religiosas” (Condorcet, 2013, p. 90).

Após a queda do Império Romano a sociedade europeia, caótica, procurou bases para se apoiar, e uma das encontradas foi a religião, que uniu a maioria da população. Na avaliação do filósofo francês, o cristianismo, ao mesmo tempo que suavizou a escravidão, encheu a população de superstições, e o gênio que pairou sobre a Grécia abandonou a Europa, a deixando em uma profunda ignorância. Todavia, a história humana nunca para de se desenvolver em alguma parte do mundo, e se na Europa os progressos haviam cessado, no oriente surgiu o Islamismo, que unificou os árabes e trouxe paz e potencial de trocas de conhecimentos e culturas. A matemática, astronomia e a poesia se desenvolveram por alguns séculos, até que a brutalidade renasceu naquela região. Mas o gênio, a tanto tempo adormecido na Europa, voltaria com força, e causaria uma verdadeira revolução no conhecimento ao longo do continente. Esse foi o 6º período.

No 7º período, para Condorcet, foram vários os motivos que ajudaram a Europa a se reerguer, podendo ser citado a mediocridade e os abusos dos padres que geraram classes de homens antagônicos à Igreja Católica; a descoberta do código Justiniano traria luz ao direito romano; o contato com os mulçumanos que permitiu que a Europa redescobrisse os escritos de Aristóteles, que foram preservados graças a esforços dos árabes; e o Renascimento na Itália, com um pensamento político se libertando da religião como em Maquiavel. Porém o fator mais destacado pelo autor é a invenção da tipografia:

A tipografia multiplica indefinidamente, e com poucos custos, os exemplares de uma mesma obra. A partir de então a faculdade de ter livros, de adquiri-los segundo seu gosto e suas necessidades, existiu para todos aqueles que tem o desejo de ler; e essa facilidade de leitura

logo expandiu o desejo, assim como os meios de instrução (Condorcet, 2013, p. 117).

Condorcet comemora a democratização do conhecimento de uma forma até então jamais vista, provocada pela capacidade de imprimir obras, pelo surgimento de jornais para informar, pelo espaço de debate público de ideias. Além disso, a descoberta do Novo Mundo, e a Reforma Religiosa feita por Lutero, que atacou os abusos cometidos pela Igreja durante séculos, foram outros dois acontecimentos fundamentais para chegar até o século da filosofia. Contudo, o poder dos tiranos, a Contrarreforma Católica e a repressão dos reis, com medo que a subversão religiosa se transformasse em uma revolta política, tornou essa época, apesar dos avanços, ainda muito difícil, tanto que os homens que não tinham religião, e os que defendiam a razão, precisaram se limitar a debates nos bastidores.

Já no 8º e 9º período, o autor francês explica que aos poucos, com a difusão do conhecimento, mesmo sob dura repressão, a Igreja foi perdendo espaço nas universidades. A mentalidade pública na Europa vai se alterando, noções de desigualdade jurídica vão desaparecendo com o acesso à instrução, a economia passa a ser vista como uma ciência, por conta de Adam Smith, ideias como as de John Locke, que argumenta que o governo deve servir ao povo por um princípio de confiança abalam a intocada classe dos governantes. Descartes propaga o método da dúvida como fonte para todas as ciências. Esses fatos familiarizam o ato de questionar para o povo e o conhecimento se espalhou como jamais visto antes. Para Condorcet, no século XVIII a humanidade estava no seu ápice, com a luz e a razão entre os homens, o Iluminismo chegou para a satisfação dos amigos da ciência. As ideias revolucionárias de liberdade chegam às treze colônias, que proclamam sua independência da Inglaterra. Mas o grande ato aconteceria na França em 1789: a Revolução Francesa. Ela representou o impacto de todas as ideias na política. A revolução significou para o francês o ato de se libertar dos preconceitos e dar um passo gigantesco rumo ao conhecimento e a virtude:

Os franceses, ao contrário, atacaram ao mesmo tempo o despotismo dos reis, a desigualdade política das constituições semilivres, o orgulho dos nobres, a dominação, a intolerância, as riquezas do clero e os abusos da feudalidade, que ainda cobrem quase a Europa inteira; e as potências da Europa precisaram unir-se e favor da tirania (Condorcet, 2013, p. 163).

A humanidade ainda teria inúmeros desafios para enfrentar, mas na visão de Condorcet, o pior já havia ficado para trás e o gênio humano reinaria entre o povo, o aperfeiçoamento da sociedade, das leis, da educação e do povo seria só uma questão de tempo, e a história da humanidade, que antes era a história de alguns, passava a ser a história de todos.

Se a narrativa da filosofia da história de Condorcet se propõe a analisar cada época buscando seus pontos em comuns e narrando a passagem entre elas enquanto enaltece o progresso do espírito humano, Immanuel Kant se inclina a explicar as leis que regem o desenvolvimento da espécie, o que ele chamará de Desígnios da Natureza. No texto *Ideia de uma história universal com um propósito cosmopolita* (2007), que é a tradução do texto original publicado em 1784 *A ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, o filósofo alemão menciona a “Liberdade da Vontade”, expresso nas ações humanas, notando uma regularidade nelas que aparece na totalidade da espécie e não na vida de uma pessoa. Segundo o autor, enquanto os sujeitos correm atrás de seus sonhos e desejos, em meio ao turbilhão de suas vidas, sem se darem conta eles estão seguindo pelo fio condutor traçado pela Natureza, que para o autor se trata de um princípio ontológico que dá sentido à história. E assim como é possível notar um curso nas alterações atmosféricas, no crescimento das plantas e no fluxo da água, também é possível perceber um sentido na história humana, já que tanto homens quanto povos inteiros estão entrelaçados nessa teia que é o fio que conduz a história de uma maneira racional (Kant, 2007).

Kant divide seu texto em nove proposições em que ele apresenta as leis gerais da Natureza para fomentar o desenvolvimento da razão. A primeira delas fala que todas as disposições naturais dadas pela Natureza estão determinadas a se desenvolver de modo completo em algum momento. Se o leão usa suas garras e os pássaros usam as asas, o homem também precisa usar seu intelecto, seu pensar, sua razão, afim de fortalece-la. Kant especifica mais ao indicar como se dá o desenvolvimento da razão, “No homem (como única criatura racional sobre a terra), as disposições naturais que visam o uso da sua razão devem desenvolver-se integralmente só na espécie, e não no indivíduo” (Kant, 2007, p. 5).

O filósofo alemão argumenta que a razão é o que permite ao homem ir além de seus instintos naturais. Porém, ela não atua de modo instintivo, mas precisa de tentativas e erros, exercícios e aprendizagens para avançar lentamente, ou seja, precisa ser trabalhada com muito esforço e leva tempo, por isso um homem teria de viver um tempo

longuíssimo para aprender a usar suas disposições com perfeição, mas como a Natureza não permitiu isso a ele, o crescimento da razão precisa que inúmeras gerações acumulem conhecimento para que ela caminhe em direção ao seu télos. A Natureza demonstrou sua vontade, a de querer que o homem tire tudo de si e ultrapasse a vida guiada pelos extintos, para que ele seja mais que um animal, e que por meio dos exercícios da razão o ser encontre sua felicidade:

A natureza nada faz em vão e não é perdulária no emprego dos meios para os seus fins. Que tenha dotado o homem de razão e da liberdade da vontade, que nela se funda, era já um indício claro da sua intenção no tocante ao seu equipamento. Ele não deveria ser dirigido pelo instinto ou ser objeto de cuidado e ensinado mediante conhecimentos adquiridos; deveria, pelo contrário, extrair tudo de si mesmo. A invenção do seu vestuário, da sua proteção, da sua segurança e defesa exterior (para a qual ela não lhe deu nem os cornos do touro, nem as garras do leão, nem os dentes do cão, mas apenas as mãos), de todo o deleite que pode tornar a vida agradável, inclusive o seu discernimento e a sua subtileza, e até a bondade da sua vontade, deviam integralmente ser obra sua (Kant, 2007, p. 06)

Portanto, para Immanuel Kant, o desenvolvimento da razão se dá a partir de um longo processo na história da humanidade, que começou com o homem quase indistinto de um animal, e na medida que ele foi trabalhando sua faculdade mental e seu intelecto, foi se sofisticando e permitindo que gerações posteriores seguissem o mesmo caminho. Kant enxerga finalidade em tudo que há no cosmos, desde as plantas, os astros, os animais e a razão, portanto conceber que a espécie humana já tem seu destino traçado é uma concepção próxima de um autor que apresenta uma certeza em relação a existência do télos (Kant, 2007).

3.2. As concepções sobre a natureza humana

Condorcet explica que o progresso contínuo da história só é possível graças a natureza humana que se encontra sempre em movimento, modificando-se e aperfeiçoando-se, e isso é visto por ele como fundamental para o avanço do espírito humano, que é um conceito metafísico que diz respeito ao grau de conhecimento e consequentemente justiça e felicidade que a humanidade se encontra. Portanto, quando o filósofo fala que o espírito humano se desenvolveu por conta de determinado fato ele quer dizer que o homem subiu na escada do conhecimento, e essa subida sempre é benéfica para a sociedade. Podemos citar como exemplo a invenção da escrita, que Condorcet dá

ênfase como um passo grandioso rumo ao progresso do espírito, pois desde seu surgimento ela ajudou o homem no desenvolvimento de seu repertório de saber. O autor não poupa adjetivos ao elogiar os homens que contribuíram para a criação de um sistema de escrita: “Homens de gênio, benfeitores eternos da humanidade, cujo nome e a própria pátria estão para sempre sepultados no esquecimento [...]” (Condorcet, 2013, p. 23).

O desenvolvimento da cognição humana, que é o progresso do espírito humano, está totalmente relacionado com o progresso da história na obra de Condorcet, já que nela o homem é seu protagonista, e esses processos, segundo o autor, são cumulativos. Ele argumenta que o homem, desde os primórdios, já nasceu com faculdades intelectuais, ou seja, elas são inatas, sendo este ser humano capaz de receber sensações e distingui-las de simples ou compostas, de as memorizar e comparar entre si, notando suas semelhanças e diferenças, e construindo um repertório que o torna apto de conceber novas sensações e atribuir signo a elas, para aumentar a familiarização. Essa faculdade, apesar de ser inata, é desenvolvida empiricamente. O homem consegue classificar essas sensações entre boas ou ruins, prazerosas ou angustiantes, e com isso os estudiosos conseguem notar um senso de qualidade intrínseco à natureza do homem, que desde os tempos remotos qualifica tudo o que recebe. Com essa noção de bom e ruim, certo e errado, o homem cria sua moral, e surgem ideias básicas de direitos e deveres para com os membros de sua tribo. Condorcet explica a natureza humana como algo capaz de se aperfeiçoar continuamente, no que chama de *perfectibilidade indefinida*:

Tal é a meta da obra que empreendi, e cujo resultado será mostrar pelos fatos, assim como pelo raciocínio, que a natureza não indicou nenhum termo ao aperfeiçoamento das faculdades humanas; que a perfectibilidade do homem é realmente indefinida; que os progressos dessa perfectibilidade, doravante independentes da vontade daqueles que desejariam detê-los, não têm outros termos senão a duração do globo onde a natureza nos lançou (Condorcet, 2013, p. 21).

Se para Condorcet a natureza humana é algo que se aperfeiçoa de forma *indefinida*, para o filósofo alemão Immanuel Kant a compreensão do assunto não resulta em avaliações otimistas. Ao se atentar para as características da essência do homem, descreve-las e classifica-las, Kant resume a história da humanidade como “[...] a esporádica manifestação da sabedoria em casos isolados, tudo, no conjunto, se encontra finalmente tecido de loucura, de vaidade infantil e, com muita frequência, também de infantil maldade e ânsia destruidora [...]” (Kant, 2007, p. 4).

Na interpretação de Kant, a Natureza espera do homem o desenvolvimento das disposições racionais que lhe foram dadas, e pensando em alcançar esse fim, a Natureza sabiamente colocou no centro da natureza do homem dois dispositivos que o forçaram a buscar essa finalidade, que ele chama de *sociabilidade insociável*, qual seja, a tendência para o homem querer entrar e viver e uma sociedade, pois com seus semelhantes ele se sente mais humano, pode compartilhar suas esperanças e seu sofrimento, aprender e ensinar; porém, ao mesmo tempo, o homem possui um egoísmo intrínseco e uma intolerância natural que faz com que ele tenha um desejo de subjugar tudo ao seu gosto, tomando para si o que quiser e se fazendo senhor de tudo, ao mesmo tempo que ele resiste a outros homens que tentam fazer as mesmas coisas. Em face disso ocorre um desejo do indivíduo para o isolamento, já que os homens com motivações autoritárias se encontram e constantemente disputam entre si. Sendo assim, ao mesmo tempo que o homem ama seu semelhante, ele o odeia. A *sociabilidade insociável*, é, portanto, duas posições opostas, que geram uma contradição fundamental que obriga o homem a usar a razão para buscar soluções: “O meio de que a natureza se serve para obter o desenvolvimento de todas as suas disposições é o antagonismo destas na sociedade, na medida em que ele se torna, finalmente, causa de uma ordem legal das mesmas disposições” (Kant, 2007, p. 07).

Essa situação posta, que é fruto de uma contradição, é um ponto fundamental na filosofia da história de Immanuel Kant, pois se trata do motor da história, já que esse antagonismo da *sociabilidade insociável* obrigaria o homem a sair do estado de ócio e buscar soluções, sendo esse o pontapé inicial que marca a saída do homem da barbárie para a civilização:

Ora, esta resistência é que desperta todas as forças do homem e o induz a vencer a inclinação para a preguiça e, movido pela ânsia das honras, do poder ou da posse, a obter uma posição entre os seus congêneres, que ele não pode suportar, mas dos quais também não pode prescindir (Kant, 2007, p. 08).

Para Immanuel Kant, sem a *insociabilidade* o homem não desenvolveria nenhum de seus talentos, seus gostos ou identidade, pois sem esse dispositivo que gera um contraponto a *sociabilidade*, os homens viveriam uma vida utópica de harmonia, amor mútuo e paz, em uma eterna monotonia, tão dóceis e inocentes como ovelhas, e não conseguiriam saltar adiante na marcha rumo ao progresso da história, pois não conseguiriam sair do estado de animalidade. Graças a Natureza que pôs no homem a

inveja, o egoísmo, a vaidade, o desejo de ser senhor de tudo e a sede de glória, as disposições humanas tiveram um solo ideal para florescer:

O homem quer concórdia; mas a natureza sabe melhor o que é bom para a sua espécie, e quer discórdia. Ele quer viver comodamente e na satisfação; a natureza, porém, quer que ele saia da indolência e da satisfação ociosa, que mergulhe no trabalho e nas contrariedades para, em contrapartida, encontrar também os meios de se livrar com sagacidade daquela situação (Kant, 2007, p. 08).

Aqui fica claro que o objetivo que a Natureza espera do homem, na leitura de Kant, não tem a ver com a felicidade ou a satisfação de desejos particulares, mas sim com o desenvolvimento de sua razão, o uso de seu intelecto para superar as desavenças com o seu próximo. Neste caso, o uso e o aperfeiçoamento da razão humana são instigados mediante um cenário com obstáculos que exijam uma superação. Isso mostra que a Natureza é ordenada.

3.3. A natureza humana e o projeto político de sociedade

No 10º capítulo de seu livro, Condorcet fala sobre o futuro da humanidade, quais caminhos o homem traçará a partir de sua época, quais rumos a política deverá tomar, a religião, as línguas, e como as luzes continuarão se desenvolvendo e o gênio cumprindo sua tarefa. Para refletir sobre os acontecimentos futuros, o filósofo dá o exemplo das ciências naturais, que a partir do estudo de certos fenômenos se torna possível a compreensão de leis gerais, universais e necessárias, que permanecem através do tempo. Se é possível observar uma constância nas ciências naturais e com isso prever determinados fenômenos, na sua avaliação o mesmo se aplicaria a história humana, que mostraria por si só o desenvolvimento do espírito humano rumo ao futuro (Condorcet, 2013).

Condorcet começa sua argumentação afirmando que as esperanças para o futuro da humanidade se baseiam em três questões: o fim das desigualdades entre as nações, a diminuição das desigualdades entre um mesmo povo, o aperfeiçoamento do homem como ser universal. Sobre o primeiro ponto, o filósofo francês faz críticas a Europa, ao dizer que os europeus levaram o sofrimento, a humilhação e miséria para África, Ásia e o Novo Mundo. Porém, ele acredita que dá mesma forma que os europeus subjugaram outros povos, eles irão salvá-los, já que tinham milhares de anos de conhecimento acumulado, fruto de um longo processos de tentativas e erros, e compartilhariam esse conhecimento

com o restante do mundo, afim de que eles alcançassem as luzes que já pairavam sobre a França e a Inglaterra: “Mas sem dúvida aproxima-se o instante em que, cessando de mostrar-lhes apenas tiranos e corruptores, nós tornaremos para eles instrumentos úteis ou libertadores generosos” (Condorcet, 2003, p. 192).

Além da autonomia e liberdade política que os povos ao redor do mundo terão, para o filósofo francês também iria ocorrer uma mudança na religião com o uso da razão pelas pessoas. Nesse novo cenário, os sacerdotes não mais esconderiam o conhecimento e usariam de suas privilegiadas posições sociais para obter vantagens pessoais, mas ensinariam o povo a pensar criticamente e a caminhar sozinho, deixando os velhos líderes religiosos mentirosos e egoístas num passado remoto:

A esses monges, que só levavam a esses povos superstições vergonhosas, e que os revoltavam ameaçando-os com uma dominação nova, ver-se-ão suceder homens ocupados em difundir, entre esses mesmos povos, as verdades úteis à sua felicidade (Condorcet, 2013, p. 193).

Em relação a diminuição da desigualdade entre o povo, Condorcet afirma que no futuro a finalidade do Estado também iria mudar, e passaria a ser um governo para servir ao povo, dando assistência as pessoas e tentando intermediar os conflitos e diminuir a desigualdade material entre os homens. Condorcet chega a falar que após uma vida de contribuição de um trabalhador pagando impostos ao Estado, o justo seria que este trabalhador tivesse direito a uma aposentadoria, assim como as viúvas e os filhos deveriam receber pensões. Segundo o autor, uma era de justiça estaria chegando na terra:

Portanto, chegará esse momento em que o Sol só iluminará homens livres na Terra, homens que só reconhecem a razão como seu senhor; momento em que os tiranos ou os escravos, os sacerdotes e seus estúpidos ou hipócritas instrumentos só existirão na história dos teatros; [...] (Condorcet, 2013, p. 195).

Para o filósofo francês, em todas as épocas houve uma separação entre o que a lei ofertava aos homens e o que eles realmente tinham acessos. Isso ocorria por conta da desigualdade entre as classes de homens de uma mesma nação, que estava estampada nas instituições da época, e essa diferença entre direito na teoria e na prática foi o responsável por uma série de erros e abusos. Por isso, no futuro, a desigualdade entre os homens de uma mesma nação deveria diminuir de forma que todos possam ter acessos aos seus direitos. O autor também ressalta que poderia ocorrer problemas no futuro da

humanidade, como excesso de população, falta de recursos, contradições entre teorias e práticas, mas isso tudo seria superado. A ciência natural daria conta de explicar os problemas cotidianos e exteriores ao homem, a ciência moral estudaria seu mundo interior, seus princípios, assim como as razões para agir conforme estes, reconhecendo quando são benéficos para a sociedade e quando não passam de caprichos egoístas (Condorcet, 2013).

Em relação ao aperfeiçoamento do homem como ser universal, um fator importante seria o desenvolvimento de uma nova língua, uma língua universal criada para facilitar a comunicação entre pessoas de diferentes culturas e países. Condorcet acredita que assim a democratização do conhecimento estaria garantida: “Existe um outro progresso dessas ciências, que não menos importante: trata-se do aperfeiçoamento de sua língua, ainda tão vaga e obscura” (Condorcet, 2013, p. 207). Para finalizar, o filósofo francês ressalta que o método para encontrar a verdade foi descoberto, e isso garantiria o progresso do espírito humano.

Em relação ao futuro da humanidade levando em conta a sua natureza, Immanuel Kant inicia sua 5ª proposição avaliando soluções para o antagonismo entre os homens, e diz que a criação de uma sociedade civil que administre o direito seria a única maneira de conter os ímpetos dos homens. A Natureza desejaria esse tipo de sociedade, com determinações que de maneira justa garantam a liberdade das pessoas sem as deixarem tirarem uma das outras. O homem ama sua liberdade irrestrita, mas as necessidades o constroem a viver entre seus pares, e se torna impossível uma vida como um animal selvagem. A constituição civil seria um pilar do futuro, pois ela tornaria a convivência entre homens possível, e assim a arte, o conhecimento e a cultura, que são frutos da insociabilidade humana, poderiam se desenvolver integralmente. Na 6ª proposição, Kant disserta sobre as tarefas do governo na sociedade. O homem seria um animal que abusa de sua liberdade em relação aos seus semelhantes, e mesmo sendo racional e desejando uma lei que coloque limites na liberdade dos outros, ele possui uma tendência narcisista, por isso ele precisa de um senhor, alguém que o force ou o lembre da importância de renunciar a sua liberdade irrestrita em nome da vontade coletiva. Porém, esse senhor também deveria ser um humano. O dilema seria garantir que o chefe que controla o egoísmo alheio consiga controlar o seu próprio desejo de abusar do poder para fins particulares:

O chefe supremo, porém, deve ser *justo por si mesmo* e, não obstante, ser *homem*. Por conseguinte, é a mais difícil de todas as tarefas; mais ainda, a sua solução perfeita é impossível: de um lenho tão retorcido, de que o homem é feito, nada de inteiramente direito se pode fazer. Apenas a aproximação a esta ideia nos é imposta pela Natureza (Kant, 2007, p. 11).

Como se não bastasse a dificuldade de organizar uma sociedade civil, na 7ª proposição o filósofo alemão menciona que para o êxito ser obtido, a tarefa não estaria somente na organização de uma sociedade, mas na relação entre as sociedades: “O problema da instituição de uma constituição civil perfeita depende, por sua vez, do problema de uma relação externa legal entre os Estados e não pode resolver-se sem esta última” (Kant, 2007, p. 11). Os mesmos problemas vividos por indivíduos de uma sociedade seriam os problemas entre as sociedades, o do mais forte querendo se impor sobre o fraco, e a necessidade de um intermédio para os conflitos. E a Natureza, assim como usou a insociabilidade sociável dos indivíduos para os forçar a projetarem soluções, não fez diferente em relação ao conjunto das nações, já que um estado de guerra, ou preparação contínua para uma guerra sem previsões gera um esgotamento entre os povos, e por isso eles tendem a se unir em uma liga amiga que garantirá que todos serão respeitados. Assim como os homens fortes abriram mão de sua liberdade irrestrita em nome do bem comum, os Estados deverão seguir pelo mesmo caminho. Para Kant, as guerras em grande escala fazem parte do jogo da Natureza, e não passam de uma forma de destruição da velha ordem, anunciando novas formas de relações, que sempre estão na estrada rumo ao *télos*. O autor adverte que essa liga não será fácil de ser montada, muitos excessos ocorrerão, mas no final a paz será buscada, pois seria o melhor caminho para o florescimento da razão, plano maior da Natureza.

Na 8ª proposição, Kant reforça que a história humana não passa de um plano da Natureza, um plano oculto, que tem por objetivo formular uma constituição interna e externa perfeita, garantindo a paz, que é o único estado em que as disposições humanas podem se desenvolver. E na 9ª e última proposição ele afirma que a Natureza para ser entendida deve ser encarada como um *sistema de fins*. Ao analisar rapidamente a história do mundo, pensando o corpo político grego, que foi absorvido pelos romanos, que posteriormente após a queda de sua capital influenciaram fortemente as nações bárbaras, se poderia notar um curso no direito e na constituição que traz consigo uma melhoria, dos tempos remotos até o presente. Kant termina o texto escrevendo que graças a regularidade observada no passado é possível especular o futuro, que deverá ser uma sociedade que

viverá em um estado de tranquilidade, que garantirá o desenvolvimento das potencialidades existentes na natureza humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste TCC, trabalhei com a questão da definição de natureza humana por parte dos filósofos Immanuel Kant e Nicolas Condorcet mediante uma certa concepção de história. No primeiro capítulo, que foi dividido em duas partes, expliquei que o cristianismo apresentava sua cosmovisão que via o mundo e a essência do homem como algo em declínio, pois o auge se fez no Jardim do Éden, e depois o pecado e a Queda, que tomou conta do homem e do mundo. O cristianismo apresentava uma visão muito negativa da natureza do homem, que necessitava da graça e misericórdia divina para se salvar. Ainda abordei neste capítulo que o cristianismo no seu contexto medieval, quando já havia se instalado da Europa por meio da Igreja Católica, tinha o monopólio do saber. As universidades medievais nascentes, um movimento que ficou conhecido como escolástica, iniciou os debates até então tímidos, sobre a importância da razão na composição da ontologia humana. Porém, a fé ainda era vista como superior ao poder da razão.

Ainda no primeiro capítulo, abordei as mudanças ocorridas na Europa, com autores como Galileu e Descartes que com suas teorias e contribuições ajudaram a ciência a começar a se desvincular da religião. Este fato marcou uma mudança importante na visão de mundo e de indivíduo. Galileu começou a se preocupar com um conhecimento prático que intervisse no mundo, evidenciando que o mundo imanente começou a ser objeto de estudo. Descartes enxergava o homem como um ser racional, uma criatura que existe, se manifesta e interfere no mundo movida por meio da Razão, em um movimento de não negar a dúvida, de não trabalhar com verdades eternas, mas construir as certezas de maneira lógica e dedutiva, sem as ferramentas da religião, mas sim, com as da ciência. Até então, predominava um período cujo mundo e o homem eram vistos através de uma ótica religiosa. Na Idade Moderna passamos para uma época em que o estudo do mundo físico e do homem, ganharam mais destaque do que o estudo do mundo espiritual e de Deus.

No segundo capítulo o foco recaiu sobre o século XVIII e o Iluminismo, pensando o seu contexto social. Com uma nova ontologia do homem sendo proposta junto com uma nova concepção de mundo, a natureza humana foi repensada. Escolhi Kant e Condorcet para observar como essa definição de natureza do homem foi refeita a partir de suas respectivas filosofias da história, mas existem diversos autores que especularam e escreveram sobre o tema. Se nas eras cristãs da Antiguidade e do Medievo a essência

do homem era concebida como caída e pecadora, em um quadro onde a história sofreu um declínio, uma queda após o Éden, e o *télos* era a espera pela volta de Jesus Cristo e o juízo final, ao longo da Idade Moderna, a natureza do homem foi ressignificada como racional e intervencionista. Com as filosofias da história do Iluminismo, o *télos* histórico e a natureza humana são pensados e elaborados de forma racional.

No terceiro capítulo expliquei que, em Kant, o homem é racional, ele possui a capacidade de desenvolver a razão, pois segundo o filósofo alemão, o homem a possui em si, dada pela Natureza, que determina a finalidade da humanidade. Em Kant, o sentido da história é a Natureza usando a sociabilidade insociável do indivíduo para o forçar a aprimorar sua disposição natural e buscar um estado de harmonia e bem-estar social, o filósofo alemão se preocupa em explicar as leis gerais da natureza, suas intenções ao dar certas disposições aos seres, e explica o caminho que a Natureza espera do homem. Em Condorcet, a história é o aperfeiçoamento do espírito humano, que envolve a moral, os sentimentos, a sensibilidade e a razão, todos se desenvolvendo na espécie, que passa por estágios contraditórios, repletos de erros e preconceitos, mas vai se aperfeiçoando de maneira indefinida. O conhecimento é o fator central dessa evolução do espírito que procura também um estado de bem-estar social e científico, esse aperfeiçoamento é incentivado pelo gênio da humanidade, o filósofo francês foca mais em explicar a história geral da humanidade, e aplicar a natureza humana nela, enquanto Kant dá mais ênfase na constituição da natureza do homem.

Hoje a filosofia da história como intérprete de um sentido da existência humana dotada de uma natureza que resulta na construção de um mundo melhor, perdeu força. A sociedade passou a ter muitas dúvidas sobre o potencial transformador do homem no mundo e na crença do progresso. Sem dúvida, a falta do otimismo em relação ao futuro, desestimula as ações coletivas no mundo hoje, o qual parece marcado ou por um apego no presentismo (viver o hoje) ou pela fuga em um passado idealizado. Diante disso, é importante refletir sobre temas discutidos na Idade Moderna, a lógica usada por autores como Kant e Condorcet que acreditaram no progresso e na capacidade do indivíduo intervir de forma positiva nos destinos da sociedade. Com essas reflexões podemos ter uma referência de buscar o otimismo para nossas vidas. Não um otimismo meramente utópico, que acredita em uma solução completa dos problemas humanos a partir do domínio do conhecimento, mas um otimismo prático, que entende a importância do homem e da mulher em seu meio. A crença e luta pelo progresso social e econômico evita posicionamentos conformistas, que se mostraram tão prejudiciais em disputas políticas

nos dias de hoje. Afinal, uma sensação de desesperança com o futuro desmobiliza qualquer luta que devamos tomar parte. Portanto, a importância prática da pesquisa se encontra nisso, no entendimento dos assuntos tratados, na sensatez ao evitar utopias e esquemas metafísicos exagerados, e na recuperação da crença nos homens e mulheres como seres de ação no mundo.

REFERÊNCIAS

- ANTISERI, D; REALE, G. *História da Filosofia: Patrística e Escolástica*. Vol. 02. São Paulo: Paulus, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. *Legisladores e Intérpretes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- BARROS, José D'Assunção. A Escolástica em seu Contexto Histórico. In: *Revista Fragmentos de Cultura- Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas*, Goiânia, Brasil, v. 22, n. 3, p. 231-239, jul./set. 2012.
- BARROS, José D'Assunção. História das Ideias – em torno de um domínio historiográfico. In: *Revista Eletrônica História em Reflexão*. Dourados-MS, UFGD, vol. 02, n. 03, p. 01-11, Jan-Jul 2008.
- BEVIR, Mark. *A Lógica da História das Ideias*. Bauru-SP: Edusc, 2008.
- BÍBLIA. *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo, Paulus, 2002.
- BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Portugal: Fórum da História, 1983.
- CASSIER, Ernest. *A filosofia do Iluminismo*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1992.
- CASTRO, A.P.C; CARVALHO, R.R.L. *História, Igreja e Cristianismos: análises historiográficas*. Vol. 01. Rio de Janeiro: Kliné Editora, 2022.
- CHEVITARESE, A.L. Cristianismo e Império Romano, In: SILVA, G.V; MENDES, N, M. In: *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória/ES: Edufes, 2006, p. 161-173.
- COELHO, Fabiano de Souza. História e Representações: A Natureza Humana nos Escritos de Jerônimo e Agostinho. In: *Anais do V Encontro Internacional UFES/Paris-Est*, Vitória, Espírito Santo, p. 416-428, abril. 2016.
- CONDORCET, M. *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.
- COSANDEY, Fanny. Absolutismo: um conceito não substituído. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 24, nº 54, p. 933-954, set/dez. 2023.
- DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. *Teoria do Conhecimento*. Florianópolis: UFSC, 2008.
- FALCON, Francisco José Calazans. *Iluminismo*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora afiliada, 1994.
- GRESPLAN, Jorge. *Revolução Francesa e Iluminismo*. São Paulo: Editora Contexto, 2003

- GROSGUÉL, Ramón. A Estrutura do Conhecimento nas Universidades Ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/ epistemicídios do longo século XVI*. In: *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 25-49. jan./abril. 2016.
- KANT, Immanuel. *Ideia de uma história universal com um propósito cosmopolita*. Portugal: Lusosofiapress, s/d Rio de Janeiro: Garamond. 2007.
- KANT, Immanuel. *Textos seletos*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1985.
- LOPES, Marcos Antônio. O direito divino dos reis: para uma linguagem política no antigo regime. In: *Síntese Nova Face Revista de Filosofia: Cultura e Modernidade*, Belo Horizonte, v. 19, nº 57, p. 223-248, 1992.
- MARICONDA, Pablo Rúben. Galileu e a Ciência Moderna. In: *Cadernos de Ciências Humanas-Especiaria*. v. 9, n. 16, p. 267-292, jul./dez. 2006.
- NASCIMENTO, Maria das Graças S. Apresentação. In: CONDORCET, Jean-Antônio-Nicolas de Caritat. *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013, p. 09-18.
- NOSELLA, Maria Lúcia Bertachini; OLIVEIRA, Anderson dos Santos de. Cristianismo: Século Primeiro. In: *Revista Cesumar – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, v. 13, n. 2, p. 269-290, 2008.
- SILVA, Ricardo Oliveira. A história *res gestae* e *Rerum gestarum* nas filosofias da história. In: PIEREZAN, Alexandre e NOGUEIRA, Célio Vieira (orgs.). *De campo a campus: uma década de investigação científica no campus de Nova Andradina, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*. Curitiba, PR: Editora CRV, 2016, p. 85-105.
- TEDÉIA, Gilberto. *Pequena Biografia Filosófica de Kant*. Vol. 3. São Paulo: Prisma Jurídico, 2004.